

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA
ESCOLA DE ENFERMAGEM**

**DISCIPLINA PRG0021 - EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:
REDES COMPLEMENTARES NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

RELATÓRIO DO POLO SÃO BERNARDO DO CAMPO

Coordenação do Grupo:

Cleide Lavieri Martins – FSP USP
Inaê Batistoni – Instituto Lidas

Composição do Grupo:

Ábia da Silva Gomes – Educação – Rede NAI/FEUSP
Guilherme Caetano da Silva – Graduação em Saúde Pública/FSP USP
Heloísa Castelli Celeste – Graduação em Pedagogia/FEUSP
Mayara Caetano da Silva de Oliveira – Graduação em Enfermagem/EEUSP
Milene Freire do Nascimento – Graduação em Saúde Pública/FSP USP
Sara R. de França Vieira – Diretora EMEB Marcelo Peres Ribeiro – Rede NAI /FEUSP
Tatiane Akemi Prates – Graduação em Psicologia/IP USP

SÃO PAULO
março/2022

Introdução

Este trabalho de conclusão traz o relato das atividades práticas da *Disciplina PRG0021- Educação, Saúde e Assistência Social: redes complementares na proteção social básica*, construída no âmbito do Projeto: Inovação e políticas sociais: integração de conhecimentos na formação interdisciplinar no território (CAEG - Edital PRG 01/2020-2021), visa propiciar aos estudantes uma visão comparativa das políticas públicas de Educação, Saúde e Assistência Social, ressaltando a importância de políticas matriciais, que articulem essas áreas em práticas territoriais.

A disciplina traz o conceito de território como elo articulador dos serviços públicos prestados à população assentada em uma dada área geográfica. Em sua execução, procurou problematizar sobre as possibilidades de ação integrada e matricial, em quatro polos-territórios, espaços de prática de grupos de alunos – dois no município de São Paulo, um em Diadema e um em São Bernardo do Campo (SBC).

O presente relatório sistematiza as atividades do polo de São Bernardo do Campo. O grupo, constituído por estudantes de diferentes cursos de graduação da USP e por profissionais da área de Educação, planejou suas atividades considerando as limitações de tempo disponível e o formato de trabalho remoto imposto pelo isolamento físico decorrente da pandemia de Covid-19.

O grupo trabalhou em três principais momentos, objetivando conhecer o território e seus equipamentos, e identificar aspectos que pudessem favorecer a interação entre os serviços de educação, saúde e assistência social no território.

Primeiro momento – Apresentação, em encontro virtual, das dimensões, características e história de serviços de cada uma das três políticas no território, o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e as Escolas do Quarteirão. As apresentações foram feitas por profissionais de cada serviço, com duração de cerca de duas horas cada uma e foram gravadas para posterior análise pelo grupo.

1. Apresentação CRAS II – Alves Dias - 28 de setembro de 2021

Participantes: Margarete Paiva (coordenadora), Leticia Masuet e Luzia Trindade (assistentes sociais)

2. Apresentação UBS Alves Dias e UBS Jd Nazareth - 07 de outubro de 2021

Participantes: Luciana Faria (coordenadora), Simone Alves Gomes (assistente social)

3. Apresentação Quarteirão da Educação – 25 de outubro de 2021

Participantes: Sara França Vieira (diretora), Cristiane Oliveira (diretora)

Segundo momento - Discussão e análise das apresentações o que possibilitou conhecer a relação dos serviços com o território e identificar aspectos que pudessem favorecer a articulação entre os serviços e destes com o território. Considerou-se, então, que o manejo das informações entre eles, bem como o estabelecimento de vias de comunicação mais estáveis e frequentes, seriam pontos importantes para aprofundar o trabalho em rede. A partir dessa percepção, o grupo se propôs a descrever o território e realizar um estudo mais focado em informações e comunicação, com os seguintes objetivos:

- identificar as informações produzidas em cada serviço e discutir em que medida elas seriam úteis para os outros; e
- compreender como a comunicação entre Escolas, CRAS e a UBS acontece atualmente.

Com a definição desse recorte foi elaborado roteiro norteador de entrevista a ser respondido por profissional de um serviço de cada uma das políticas, foram também identificadas outras fontes de informação para a caracterização do território.

Terceiro momento - Para entender as demandas de informações (território), realizamos três entrevistas e, em virtude da pandemia de Covid-19, todas foram realizadas de forma remota. A escolha das entrevistadas considerou a disponibilidade de tempo da pessoa a ser entrevistada e sua aproximação com o projeto e conhecimento do serviço. Dessa forma as entrevistas foram realizadas pelos estudantes como descrito a seguir:

- para o CRAS Alves Dias/Vila Ferreira Como tivemos a participação da Letícia Masuet e Luzia Trindade, ambas trabalhadoras do equipamento. Utilizamos a plataforma Google Meet e a registramos em videochamada.
- para os equipamentos de Educação foi entrevistada a Kátia Rocco, coordenadora da EMEB Padre José Maurício. Utilizamos a plataforma Google Meet e a registramos em videochamada.
- pela UBS Alves Dias foi entrevistada Luciana Faria, gerente, fomos presencialmente e a entrevista foi registrada em áudio.

Histórico de articulação intersetorial no polo

O ponto de partida para definição desse polo na Disciplina vem da participação de três escolas na Rede do Núcleo de Avaliação Institucional (NAI-FEUSP), da articulação entre elas – denominada Quartirão da Educação – e principalmente delas com os demais serviços e sujeitos do território, organizados como Coletivo Alves Dias e Rede Intersectorial Cooperativa/Alves Dias que serão apresentados e contextualizados adiante pela Sara Vieira, aluna especial da disciplina que é diretora da creche do polo desde 2011 e participe desse processo.

Consideramos essa articulação existente entre os serviços um diferencial desse polo, uma experiência que sistematizada pode trazer elementos para o aprofundamento das ações intersectoriais e contribuições para um campo de formação interdisciplinar.

“O território tem um longo caminho percorrido na construção da rede intersectorial”

Trata-se de um território com alta densidade demográfica, grande número de conjuntos habitacionais de moradia popular e quase ausência de equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer (restrito a algumas praças). Neste sentido, a presença dos serviços públicos na região se consolida nos equipamentos de educação, saúde e assistência social.

O histórico de constituição desta rede será aqui descrito a partir do ano de 2013, quando as três escolas municipais da Vila Ferreira - EMEB Marcelo Peres Ribeiro (creche), EMEB Padre José Maurício (Educação Infantil) e EMEB Professor Florestan Fernandes (Ensino Fundamental I), iniciaram um processo de discussão sobre a materialidade da rede de proteção à infância no território.

Motivadas para encontrar formas mais eficientes de lidar com os problemas mais comuns nas unidades escolares como: evasão, questões de vulnerabilidade social das famílias e algumas questões de negligência/violência familiar, as equipes gestoras das escolas começaram a estreitar vínculos entre si e as práticas das instituições e a buscar a ampliação do diálogo com os demais órgãos de atuação nesta rede de proteção: UBS, CRAS e Conselho Tutelar.

Na busca por um trabalho mais qualificado, foi consenso entre as equipes escolares a necessidade de conhecer seu território, suas potencialidades, fragilidades e contradições.

Compreender como a população vive (condições materiais) e se organiza e manifesta (cultura local). Para tanto, tornou-se prática destas unidades escolares realizar caminhadas pelo bairro, fazer visitas nas áreas mais vulneráveis, o que foi fundamental para ampliar a visão das equipes escolares e possibilitar a elaboração de um Projeto Político Pedagógico que fizesse sentido para a comunidade e para os trabalhadores das escolas.

No caminho da construção da rede intersetorial, a primeira parceria mais efetiva deu-se entre as escolas e UBS. Na época aconteceram algumas reuniões com o gerente da UBS Alves Dias e foram realizadas ações nas escolas para além daquelas previstas no PSE-Programa de Saúde na Escola. Foram realizadas palestras dos profissionais da saúde (médicos e enfermeiros) para os profissionais das escolas e para os pais dos alunos sobre assuntos pertinentes a cada faixa etária; tentativas de acelerar e desburocratizar alguns fluxos de encaminhamentos de crianças para a UBS e o estreitamento entre os ACSs e as escolas. Neste momento, e nos anos que se seguiram, os agentes de saúde desempenharam um importante papel na triangulação entre escola-ubs-famílias.

Em 2015, fruto desses diálogos e das pequenas ações já realizadas, surge a necessidade de termos encontros mais sistematizados e de conhecer melhor os fluxos dos serviços. Neste momento, o CRAS assume a responsabilidade de coordenar as ações de organização e convocação das entidades envolvidas. Há um aumento de escolas convidadas a participar dos encontros, além de membros da própria Secretaria Municipal de Educação (assistente social, psicólogos - membros da EOT-Equipe de Orientação Técnica da Secretaria de Educação), considerando que a área territorial de abrangência do CRAS é muito extensa. Tivemos um ano de apresentação dos serviços, dos fluxos, das demandas. A rede intersetorial ganhou “cara” e personalidade. Pudemos entender melhor os limites de atuação de cada serviço, seja no âmbito das condições materiais e humanas para a realização do trabalho como as delimitações legais de atuação de cada serviço.

Esse momento foi muito importante na constituição da rede. Foi possível delimitar melhor a forma de atuação e também repensar os rumos para o trabalho conjunto.

Esta ampliação no número de escolas e demais entidades convidadas a participar das reuniões foi interessante, mas também foi ficando clara a inviabilidade de um trabalho com equipamentos tão dispersos pela cidade. Desta avaliação, o próprio CRAS, as UBSs e escolas próximas (Vila Ferreira e Cooperativa) definiram que tal ação era mais efetiva quando restrita a um território próximo.

Paralelamente a essas ações, as escolas intensificaram o diálogo para além das questões mais pontuais e passaram a refletir sobre o território e seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de forma mais sistemática. Passaram a fazer parte da Rede NAI - Núcleo de Avaliação Institucional da

FEUSP e realizaram várias formações em parceria com esta universidade e também com outras instituições, sempre com a temática território-currículo e PPP, estreitando os laços entre os profissionais das três escolas e com o objetivo de estender esta parceria para a Escola Estadual Professora Maria Osório que oferece Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Desta forma, esse projeto passou a ser chamado de “Quarteirão da Educação”.

Considerando que todo esse movimento é um processo dialético e submetido às condições reais de existência dentro do território, no ano de 2017 a comunidade enfrenta uma tragédia que foi a morte de um aluno da escola EE Maria Osório, vítima de um latrocínio em frente à escola Florestan Fernandes. Este fato trágico altera a relação entre a comunidade e os serviços. Todos se unem em solidariedade à família da vítima, mas também em ações de cunho político, reivindicando melhoria da qualidade de vida no território com a oferta de mais espaços de cultura e lazer para os jovens da região. Neste momento outros atores se juntam às ações e é formado o “Coletivo Alves Dias” composto pelas escolas, UBS, CRAS e lideranças comunitárias. Este coletivo organizou a "Caminhada pela Paz", realizada logo após a morte do aluno e também esteve presente nas ações do mês da Consciência Negra e Cultura de Paz, organizados pelas escolas do quarteirão e que aconteceram na escola estadual.

Até 2019, as reuniões da Rede Intersetorial aconteceram de forma sistemática organizadas pelo CRAS. Em 2020, em função da pandemia e das dificuldades impostas pela suspensão do trabalho presencial (nas escolas e CRAS) e das demandas muito específicas impostas aos diferentes serviços, as reuniões de rede praticamente não existiram. Em 2021, com a situação do trabalho híbrido já incorporada pelos serviços, as reuniões foram sendo retomadas.

O enfrentamento da pandemia na região foi muito desafiador para os três serviços. As regiões periféricas, de forma geral, viveram de forma mais intensa as dificuldades impostas pelo Coronavírus. As dificuldades para o isolamento social; o acesso às máscaras de proteção e demais itens de higiene necessários para o combate à pandemia e o enfrentamento do aumento do desemprego e da miséria, trouxeram à tona toda a problemática da desigualdade social e deixou claro o quanto as populações de áreas periféricas dependem dos serviços públicos. Isso aumentou sobremaneira a responsabilidade de cada um na manutenção dos serviços prestados à população.

Isso foi tema de várias reuniões da rede, que chegou a esboçar um documento denunciando as dificuldades que os três serviços vivenciaram durante este período. Fragilidades de todo tipo: falta de funcionários; dificuldade de acesso a equipamentos de informática; falta de acesso à internet, etc., essenciais para o desenvolvimento do trabalho.

Quadro reuniões e pautas - 2018 a 2021

Ano	Mês	Pauta
2018	Agosto	Com a presença da EOT, UBS e OSCs. Apresentação do território escolhido para iniciar a Rede Intersectorial, a necessidade de integração das políticas, levantamento das famílias atendidas pelo PBF nos serviços.
2018	Setembro	Levantar os objetivos da rede e a integração das políticas de Assistência Social, Saúde e Educação e a necessidade do levantamento das famílias inseridas no PBF e a verificação do CRAS se essas famílias são referenciadas
2018	Outubro	Avaliação da lista do PBF de cada escola e o número de famílias referenciadas no CRAS. Reforço das discussões de caso através de agendamentos com serviços e profissionais envolvidos.
2018	Novembro	Comunicação conjunta sobre o BPC/LOAS e a necessidade de ter o cadastro único atualizado. Levantamento de objetivos de curto prazo – atendimento as famílias moradoras do Galpão e Três Marias (que recebem o PBF) para referenciamento/ acompanhamento; objetivos de médio prazo – atendimento às famílias do Alves Dias e Cooperativa (que recebem o PBF) para referenciamento/ acompanhamento
2019	Fevereiro	Apresentação do Material de Acolhida Coletiva do CRAS destinado às famílias novas. Com a recomendação dos serviços trazerem a agenda dos referenciamentos coletivos
2019	Março	Continuidade da apresentação, agendamento de referenciamentos coletivos.
2019	Maiο	Discussão dos impactos do Acesso Avançado na rede e sobre o andamento dos referenciamentos coletivos. (Criação do grupo de whatsapp)
2019	Junho	Apresentação do Acesso Avançado nas UBSs. (As Escolas Estaduais passaram a compor as reuniões)
2019	Agosto	Planejamento de ações para o Setembro Amarelo (suicídio e automutilação). - Proposição da UBS Alves Dias para o trabalho com escolas; - Abordamos os equipamentos da área da saúde que faz essa abordagem; - Lei n.13.819 (26/04/2019) sobre a comunicação do suicídio.
2019	Outubro	I fase das Inscrições na creche – EMEB Marcelo Peres. Exposição pela Assistência Social – sobre os serviços no ano de 2020. (Acordado que o Conselho tutelar será convidado para participar da rede em 2020)
2020	Novembro	Avaliação das atividades de 2019 e Planejamento para 2020.
2020	Dezembro	- Apresentação dos Serviços na Pandemia; - Lei n. 6940 de 26 de novembro de 2020 (extinção da Fundação Criança); - Resolução SAS n. 19/2020 (PROAAT);

		- Suspensão do Programa de Educação do Adolescente - Parecer CME 18/2020 (colaboração da Política de Assistência Social com as escolas para busca ativa de famílias)
2021	Fevereiro	Apresentação do Conselho Tutelar II e início da discussão sobre o Comitê Local da Saúde e Educação
2021	Março	Comitê Local da Saúde e Educação (retorno presencial das aulas)
2021	Abril	Apresentação do Projeto CAEG e Além Muros (USP e PUCSP)
2021	Julho	Discussão: Dados e Informações relevantes para o trabalho da Rede Intersetorial (USP)
2021	Setembro	Como identificar o luto patológico e os fluxos de encaminhamento para a saúde mental com CAPS III Alvarenga

Nota-se pela descrição e listagem acima que a rede intersetorial existe e se organiza para pensar o território e seu trabalho, o que não quer dizer que esteja tudo resolvido. Durante este percurso pudemos apontar alguns facilitadores para essa organização:

- empenho individual dos profissionais;
- proximidade geográfica dos serviços;
- estabilidade nas equipes gestoras na assistência e na educação;

e outros tantos dificultadores, tais como:

- rotatividade de gestão nas UBS (fruto da política do município);
- informalidade da articulação da rede (ela existe enquanto orientação para os serviços, mas do ponto de vista da política pública não há nada que fortaleça ou incentive estas ações);
- Falta de um calendário unificado para os serviços e de um profissional designado para atuar na articulação da rede dentro de cada equipamento.

As dificuldades apresentadas pelos funcionários do serviço que foram entrevistados parecem interferir diretamente na regularidade do funcionamento e nas ações da rede intersetorial. Esse processo de articulação não é linear, apresenta momentos de expansão e de refluxo, de participação mais ou menos efetiva dos serviços de acordo com suas demandas internas.

A manutenção desse diálogo e a luta para a melhoria dessa articulação é resultado, em grande medida, de um esforço militante dos profissionais do serviço público, que compreendem que

a qualidade desses serviços é direito dos cidadãos. Que o trabalho coletivo e intersetorial significa um trabalho mais humanizado e mais eficaz, que dialoga com as necessidades do território e procura, de alguma forma, contribuir para a melhoria das condições de vida da população e dos serviços públicos presentes na região.

Território do Polo

A partir da localização das escolas (Quarteirão da Educação) e demais equipamentos/serviços da Rede Intersetorial que foram aproximados ao projeto e à disciplina, o grupo realizou uma discussão sobre a delimitação e a caracterização do território do polo. Vale dizer que essa reflexão não foi uma atividade seminal, ela se moldou após a apresentação das 3 áreas e a realização das entrevistas, já na preparação deste relatório e apresentação final para a disciplina.

Delimitação

Neste estudo, foi considerado além das áreas de abrangência de cada equipamento, o histórico de formação da Rede Intersetorial, que focou o trabalho de articulação em rede nos bairros do Alves Dias e do Cooperativa. Desse modo, o território do polo ficou delimitado, para fins de levantamento e cruzamento de dados, como a junção desses 2 bairros.

Essa junção também corresponde parcialmente à região K, uma das 20 Regiões de Planejamento utilizadas no Orçamento Participativo da administração anterior¹, demonstrando que possui pertinência para a organização da população e o desenvolvimento de políticas públicas².

Contextualização geográfica e histórica

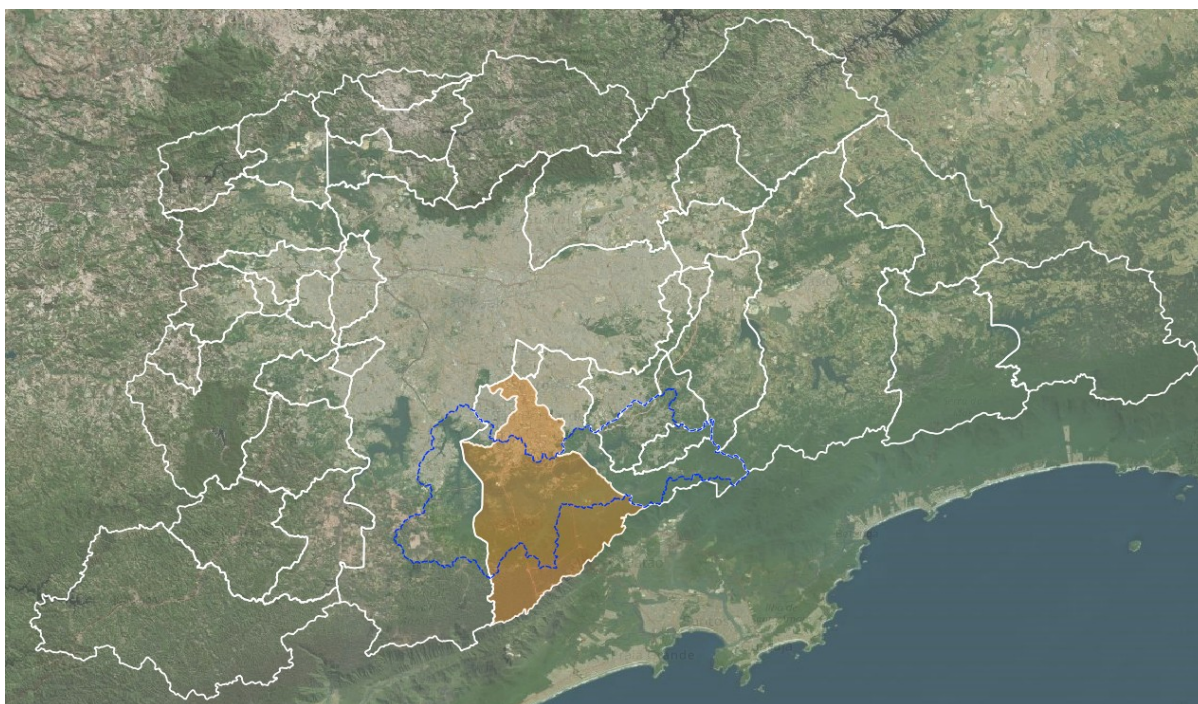
O polo está localizado na área urbana do município de São Bernardo do Campo (SBC) um

1O Orçamento Participativo foi descontinuado pela gestão atual

2 Para a divisão das Regiões de Planejamento foram considerados os bairros oficiais, a organização social dos bairros, vilas, jardins, o número de habitantes, e os setores censitários, e os seus respectivos dados (MEDICI, 2012).

dos 39 municípios que integra a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)³, que completa 469 anos em 2022 e possui atualmente uma população de 844.483 habitantes⁴ distribuída nos seus 406,18 km². Grande parte do território do município corresponde à áreas protegidas: Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Represa Billings (APRMB), responsável pelo abastecimento de água de parte da RMSP e o Parque Estadual da Serra do Mar, unidade de conservação de proteção integral.

Figura 1 - Localização do Município de São Bernardo do Campo-SP na RMSP



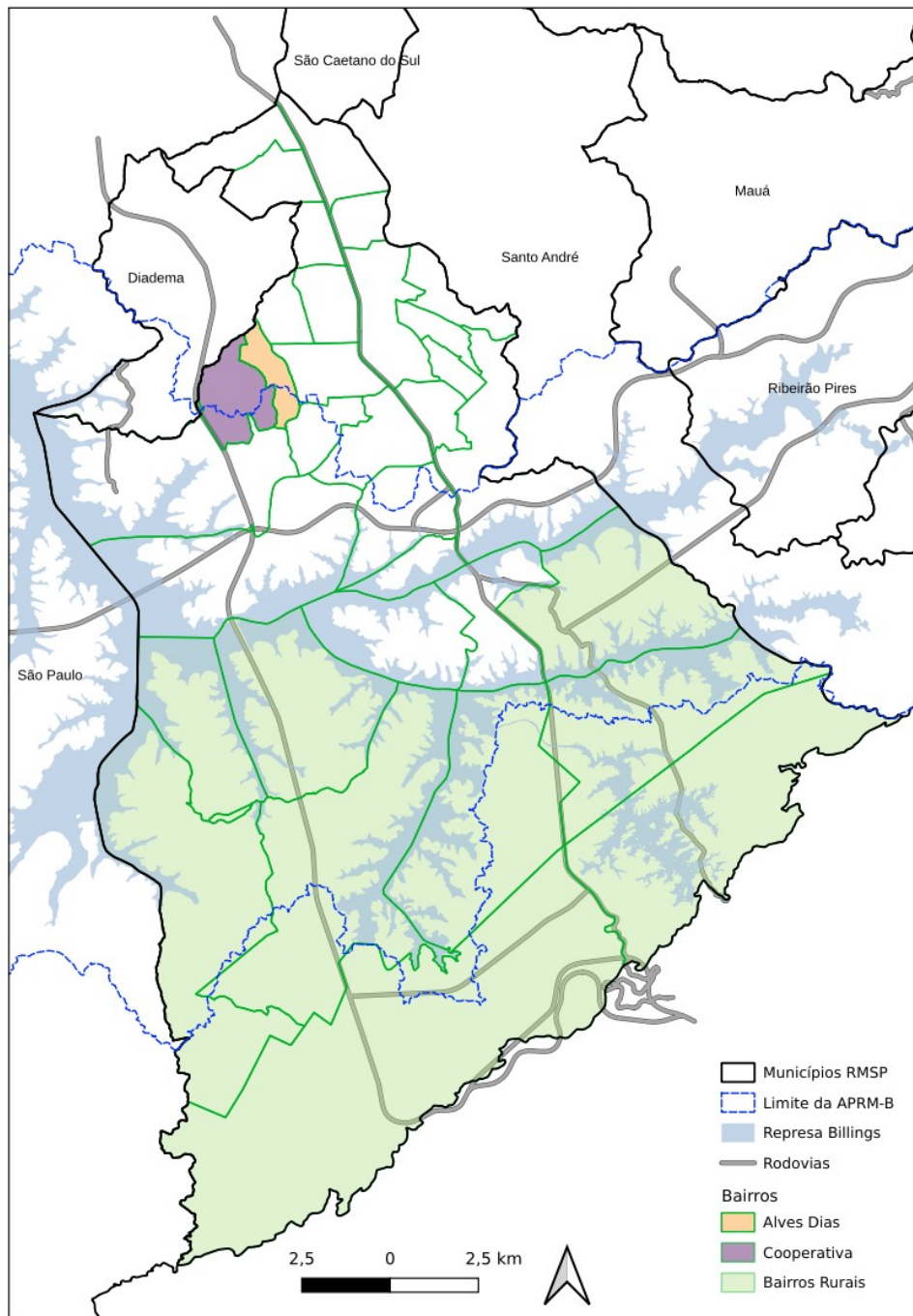
O município é dividido em apenas 2 distritos (São Bernardo do Campo e Riacho Grande) e utiliza como divisão político-administrativa os bairros, sendo 24 urbanos e 10 rurais. Esses bairros, definidos por lei, são compostos por diversos outros, normalmente com nomenclatura de Vila, Jardim, Conjunto ou Parque. Todos os equipamentos do polo estão localizados no Bairro do Alves Dias, entre a rodovia dos Imigrantes e a Via Anchieta, a oeste da área urbana e próximos à divisa de Diadema.

3 A Região Metropolitana de São Paulo é designada pela conurbação urbana formada a partir dos limites geográficos da capital paulista. É a maior Região Metropolitana do Brasil, composta por 39 municípios, que somam juntos cerca de 20 milhões de habitantes.

4 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo Demográfico 2010 e Estimativas.

É interessante destacar que a UBS Nazareth - bem como uma creche, uma escola estadual e uma entidade que oferece o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - fica no limite da divisão do bairro Alves Dias com o bairro Cooperativa, em uma região conhecida justamente como Jd. Nazareth. Embora oficialmente esteja no bairro do Alves Dias, a população e os integrantes da Rede Intersetorial reconhecem essa região como sendo parte do Cooperativa.

Mapa 1 - Localização do polo no Município



A junção dos 2 bairros, resulta em uma área de 6,91 km², representando 1,71% do território do município. Tanto o bairro Alves Dias quanto o Cooperativa contam ao sul com a Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Represa Billings, que cobre 2,46 km².

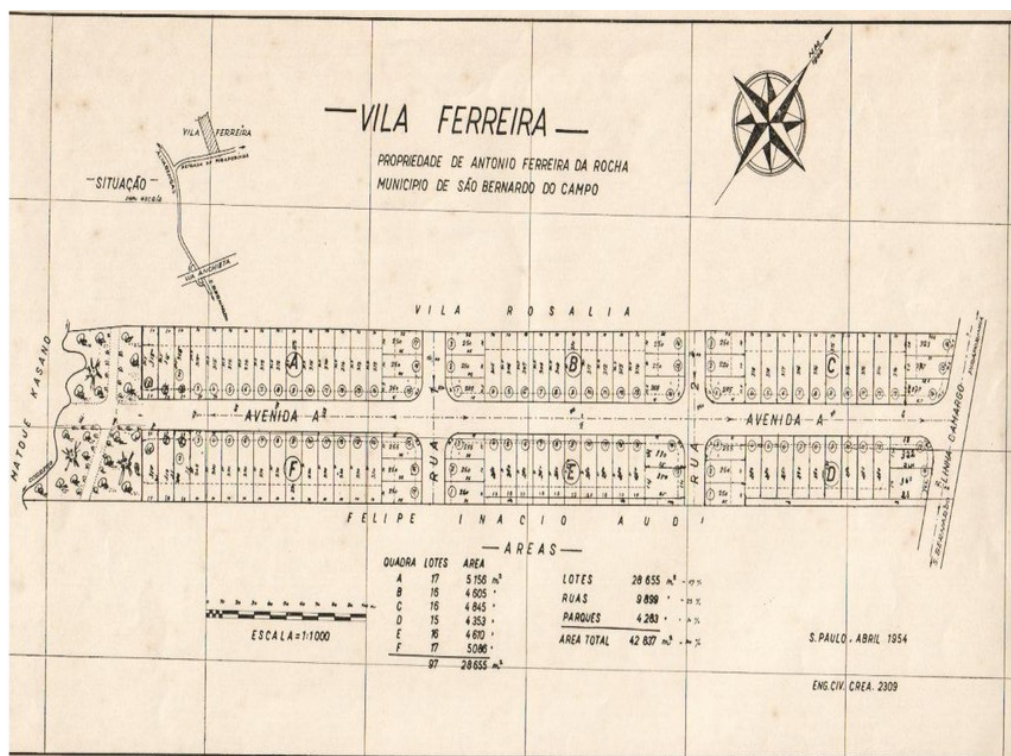
Esses dois bairros surgem dos loteamentos da antiga Linha Camargo (1887)⁵ no eixo da

⁵ “São Bernardo do Campo 200 anos depois. A história da cidade contada pelos seus protagonistas”. Livro do Projeto

atual Avenida Humberto de Alencar Castelo Branco, área dedicada às atividades agrícolas e extrativistas, inicialmente ocupadas por famílias de imigrantes italianos. Posteriormente contou com a presença marcante da comunidade japonesa que fundou, em 1935, a Colônia Mizuho, núcleo inicial do atual Bairro Cooperativa (referência à forma de organização da comunidade), caracterizado por grande número de chácaras e granjas.

A partir da década de 1950 surgem os primeiros loteamentos que irão definir os bairros atuais: Parque Neide (1952), Vila Sonia Maria (1953) e Vila Ferreira (1954). O Alves Dias ganha o nome da empresa que abriu o loteamento, em 1955.

Figura 2 - Loteamento Vila Ferreira, 1954



O processo de urbanização/ocupação do espaço deu-se em função da mudança do eixo econômico. Os antigos sítios acabaram sendo loteados e várias indústrias se instalaram no local, incentivadas também pela facilitação do acesso via Rodovia dos Imigrantes e do desenvolvimento da indústria metalúrgica e automobilística em São Bernardo do Campo, que gerou um crescimento populacional elevado em todo município, que passa de 26.262 habitantes em 1950 para 425.602

"Resgate da Memória Histórica de São Bernardo do Campo" realização da Prefeitura de São Bernardo do Campo. <http://memoria-sbc.blogspot.com/p/projeto-de-resgate-da-memoria-historica.html>

habitantes em 1980.

Durante esse período, a região recebeu também um grande número de migrantes vindos, em sua maioria, da região nordeste. Segundo pesquisa de 1979⁶, o bairro Alves Dias abrigou a maior quantidade de migrantes nordestinos: 6,5 mil ou 27% de seus habitantes. O adensamento populacional repentino e desordenado originou grande número de favelas, moradias precárias e degradação ambiental, tornando a questão habitacional um desafio da região até os dias de hoje.

Figura 3 – Vista aérea Bairro Alves Dias, 1958/2021



Fonte: Geoportal Memória Paulista <https://www.geoportal.com.br/memoriapaulista/> e Bing Satélite <https://www.bing.com/maps/aerial>

Na comparação da vista aérea (figura 3) de 1958 e 2021 é possível ver a mudança do adensamento populacional da região em 60 anos. Em destaque a Avenida Humberto de Alencar Castelo Branco (em verde), antiga Linha Camargo, a Rua Caminho da Educação (em azul) onde está localizado o quarteirão de escolas, a Rua João XXIII (em vermelho) onde está localizada a UBS Jd. Nazareth, e a Estrada Fukutaro Yida (em laranja).

Um levantamento fotográfico⁷ feito pela Professora Márcia Primo da EMEB Prof. Florestan Fernandes registra as mudanças da região na virada dos anos 1970 para os anos 1980.

⁶ “Os bairros de São Bernardo do Campo”. Pesquisa e Acervo: Centro de Memória de São Bernardo <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/cultura/os-bairros-de-sao-bernardo> acesso em jan/2022.

⁷ Não foram identificadas as fontes.

Figura 4 – Granjas e suas demolições, 1980



Em vídeo elaborado em 2019 sobre a proposta do Quarteirão da Educação⁸ há destaque para a mobilização popular por melhoria das condições de vida e instalação de serviços públicos: água, energia elétrica, moradia, escolas...

Figura 5 – Luta por água



Esquerda: Relato de moradora da região; **Direita:** Torneira de rua, 1987.

Caracterização

Os Censos Demográficos das últimas décadas mostram que o bairro do Alves Dias no ano

⁸ Quarteirão da Educação Vila Ferreira <https://www.youtube.com/watch?v=cTYbxDgIRE4&t> acesso em jan/2022.

de 1980 já alcançava patamares demográficos próximos aos atuais. Em compensação o bairro do Cooperativa teve um crescimento vertiginoso entre 1991 e 2010 (Tabela 1). Como destacado pelas assistentes sociais do CRAS II, esse crescimento se deu principalmente devido a construção de conjuntos habitacionais como Granja Ito (400 unidades), São Bernardo do Campo F (288 unidades), e mais recente o do Três Marias, iniciado em 2009, composto por 52 prédios e 1.236 unidades habitacionais, e que beneficiou famílias retiradas de áreas de risco em núcleos de outros locais do município, como Jardim Ipê e Divinéia.

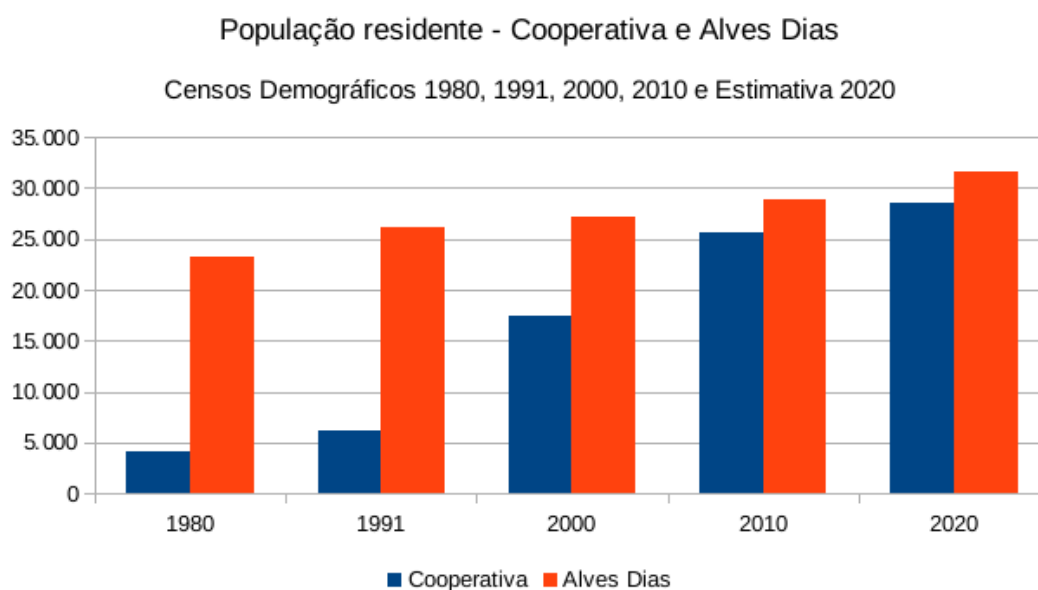
Figura 6 – Conjuntos Habitacionais: “Mar de predinhos”



Esquerda: Conjunto Granja Ito. **Direita:** Conjunto Três Marias.

Tabela 1 - População residente, bairros Cooperativa e Alves Dias e total do município de São Bernardo do Campo, 1980 a 2020

Território	1980	1991	2000	2010	2020 ¹
Bairro Cooperativa	4.042	6.099	17.364	25.688	28.471
Bairro Alves Dias	23.213	26.085	27.188	28.926	31.573
Total Polo	27.255	32.184	44.552	54.614	60.044
São Bernardo do Campo	425.602	566.893	703.177	765.463	844.483



1) Estimativa por bairro: Elaboração SOPE.13/MSBC com base em Nascidos Vivos e Óbitos da Secretaria de Saúde/MSBC e Estimativa IBGE. Não considerados deslocamentos e saldos migratórios dentro dos bairros.

Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Estimativas.

Sem a realização do Censo Demográfico de 2020 pelo IBGE, não há dados atualizados sobre a estratificação, escolaridade e renda da população por bairros. Segundo os dados do Censo 2010 mais de 80% dos domicílios possuíam um rendimento mensal per capita de até 2 dois salários mínimos,⁹ e a população do Cooperativa era mais jovem que a do Alves Dias e que o total do município (Tabela 2).

Tabela 2 - Percentual da população por grupo de idade, bairros Cooperativa e Alves Dias e total do município de São Bernardo do Campo, 2010

Território	0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 59 anos	60 anos e mais
Bairro Cooperativa	22,3%	30,7%	41,9%	5,0%
Bairro Alves Dias	22,4%	26,3%	41,2%	10,1%
São Bernardo do Campo	20,7%	26,2%	42,9%	10,2%

Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Estimativas.

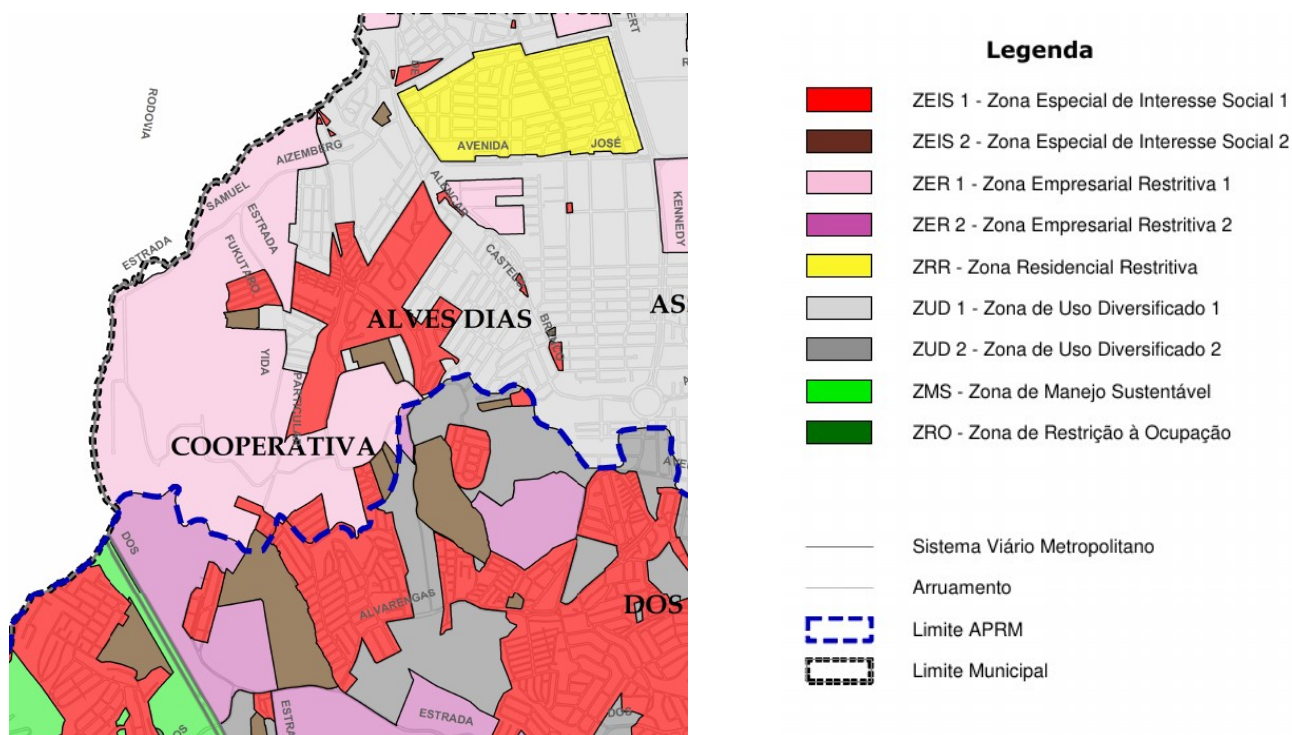
⁹ O Salário Mínimo em 2010 era de R\$ 510,00.

Ainda em 2010, somando os dois bairros, 6,3% da população de 10 anos ou mais não era alfabetizada. A mudança dessa realidade foi identificada pelas escolas do Quarteirão: as diretoras relatam que observaram em suas pesquisas que a escolaridade das mães e pais dos alunos vêm aumentando nos últimos anos. Aguardam os dados do próximo censo para corroborar esse achado.

Conforme o zoneamento do Plano Diretor do município (LM 6.184/11), o bairro do Alves Dias possui parte do seu território definido como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS 1, definida como “áreas ocupadas predominantemente por população de baixa renda, abrangendo favelas, loteamentos irregulares e empreendimentos habitacionais de interesse social, em que haja interesse público em promover recuperação urbanístico-ambiental, regularização fundiária ou produção de Habitação de Interesse Social” - HIS; e ZEIS 2, “constituídas por áreas não edificadas ou subutilizadas, destinadas à produção de Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP)”.

Já o bairro Cooperativa, além de ZEIS, é, em sua maioria, definido como Zona Empresarial Restritiva - ZER 1, “destinada à ocupação por indústrias não compatíveis com o uso residencial e por atividades correlatas ou complementares ao uso industrial”; e ZER 2 com a mesma destinação, mas formada por áreas estrategicamente localizadas entre as grandes rodovias que cortam o Município.

Figura 7 - Zoneamento bairros Cooperativa e Alves Dias (LM 6.374/11)



Fonte: Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico, PMSBC.

São exemplos característicos de loteamentos irregulares o núcleo da Vila Ferreira no Bairro Alves Dias e o “Galpão” no Cooperativa. O primeiro, é um quadrilátero de aproximadamente 20 mil m² entre a Rua Caminho da Educação e a Rua Primeiro de Maio e Avenida Humberto de Alencar Castelo Branco e a Rua Emanuel, cortado pela Rua Dois. Segundo o Censo Demográfico de 2010, era formado por 359 domicílios, num total de 1183 moradores. O terreno ocupado é de propriedade da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e já passou ao menos por 3 reintegrações de posse. Em 2019, 98 estudantes das 3 escolas municipais do Quarteirão da Educação moravam nessa área¹⁰.

Já o “Galpão” é uma comunidade que abriga aproximadamente 340 famílias em cinco galpões, onde funcionava a empresa Produflex, do ramo da borracha. Ocupada desde o início dos anos 2000, a área pertence agora à Secretaria da Fazenda do estado e caracteriza-se por condições precárias de saneamento e iluminação, possui uma Associação de Moradores desde 2013¹¹.

¹⁰ Segundo mapeamento feito pelas escolas.

¹¹ <https://www.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-dos-Moradores-do-Galp%C3%A3o-517201428361054/>

Figura 7 - Ocupação na Vila Ferreira



Esquerda superior: Vista aérea, 2021. **Direita superior:** Constantes reconstruções. **Esquerda inferior:** Funcionários trabalham na demolição de casas em reintegração de posse em 2011. **Direita inferior:** Passagens estreitas.

Figura 8 - “Galpão”

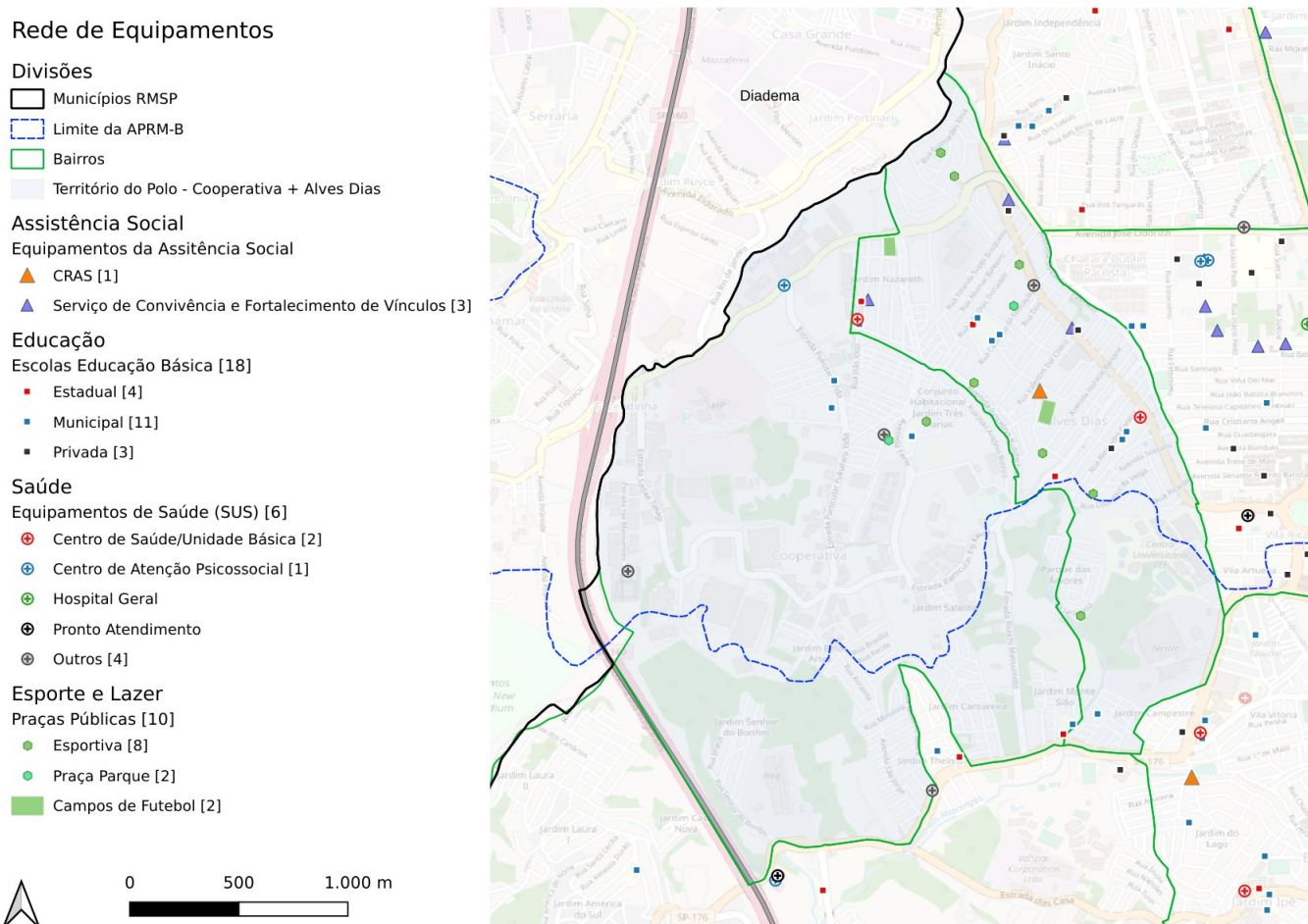


Fotos do Galpão apresentadas pela equipe do CRAS

Rede de serviços/equipamentos

Educação, assistência social e saúde somam 28 serviços/equipamentos no território do polo, distribuídos conforme o Mapa 2. Destaca-se das demais políticas a ausência de equipamentos de Cultura: dos 38 existentes no município, o anfiteatro do CEU Celso Augusto Daniel, única opção do território, ficou pronto em 2012 e sofreu um incêndio em 2015, ficando abandonado desde então. As escolas identificam que as principais atividades de lazer ocorrem nas praças e nos 2 campos de futebol, o Corinthinhas e o Palestrinha.

Mapa 2 – Rede de equipamentos públicos (Cooperativa + Alves Dias), 2021

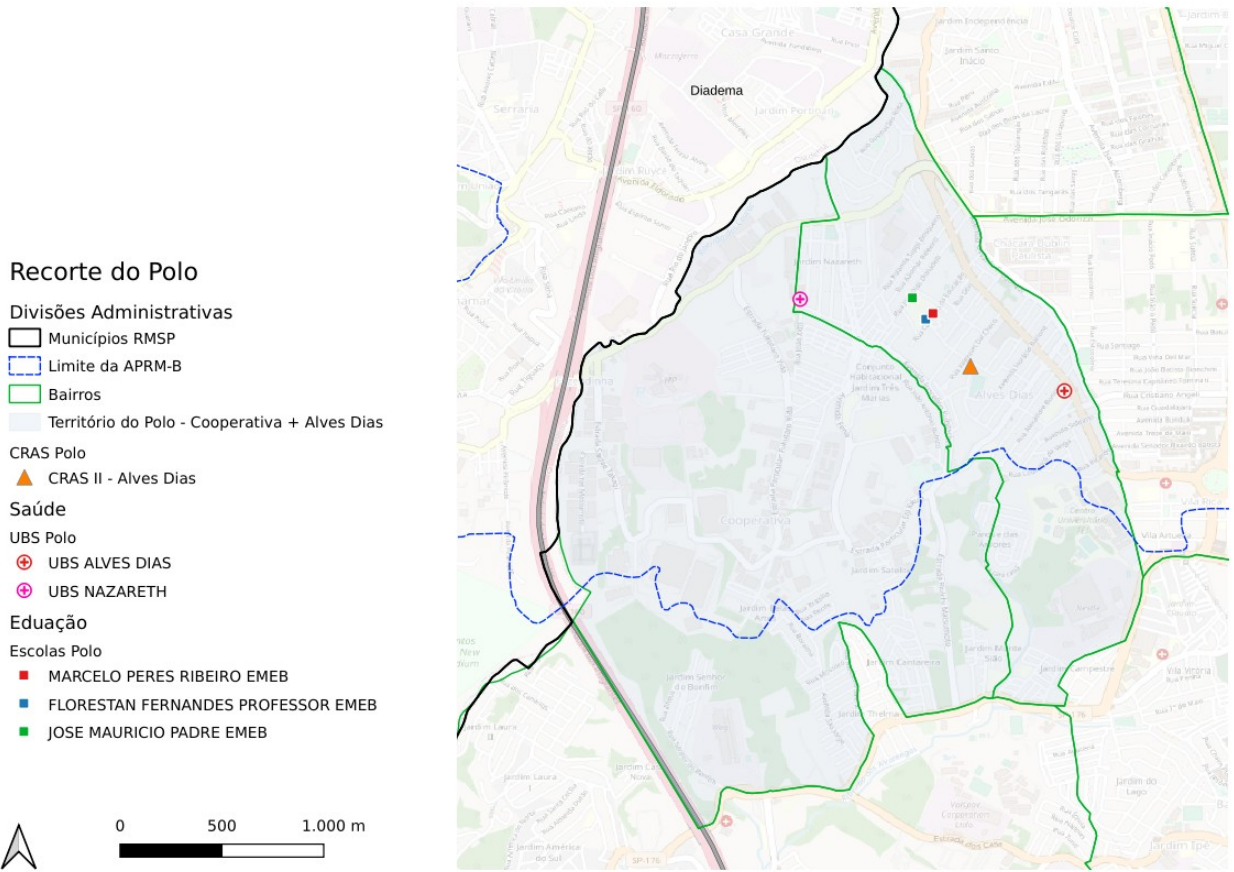


Fonte: Pannel Estatístico 2021/MSBC em <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sbc/panel-estatistico>

Do total de serviços existentes e que compõem a Rede Intersetorial, o grupo da disciplina se

concentrou e dialogou com os 6 equipamentos citados na introdução deste relatório.

Mapa 3 – Equipamentos que fizeram parte do estudo



Fonte: Painel Estatístico 2021/MSBC em <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sbc/painel-estatistico>

Relação dos serviços com o território

A pergunta problematizadora trazida pela Profa Aldaíza Sposati na aula sobre território¹² serve de linha mestra para essa reflexão: "Será possível enxergar, ou criar laços/aproximações/articulações que nos permitam falar integradamente sobre um dado território?" ou ainda "Será possível construir territórios de mútuo reconhecimento das 3 políticas?"

Foi preciso entender como cada serviço identificava e se relacionava com seu território, e a partir daí se havia (e como se dava) essa identificação/reconhecimento comum. Para tanto o roteiro das entrevistas continha algumas perguntas relacionadas:

- 1. Data de chegada/instalação do equipamento no território. Como e por que? (relacionar com o momento histórico, movimento e/ou pressão população, etc)**
- 2. Atuação dos ACS (ou profissional similar) no território. Contribuem na leitura e compreensão desse espaço?**
- 3. Os profissionais do serviço moram no território de atuação do mesmo?**
- 4. A mobilidade populacional no território em virtude do processo de urbanização do mesmo, que trouxe moradores vindos de diferentes cantos da cidade, impactou o serviço? em que sentido? interfere na formação de uma identidade/vinculação da população com o território?**
- 5. Você identifica o trabalho intersetorial no território? Quais os facilitadores e os dificultadores para a efetivação do mesmo?**

Outros elementos de análise foram as áreas de abrangência de cada equipamento/serviço, entendida genericamente como área de responsabilidade de cada equipamento, assim como as orientações e diretrizes das políticas sobre o tema.

12 Aula ministrada na disciplina PRG0021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-fDOK7LEgk4>

Assistência Social – CRAS II Alves Dias

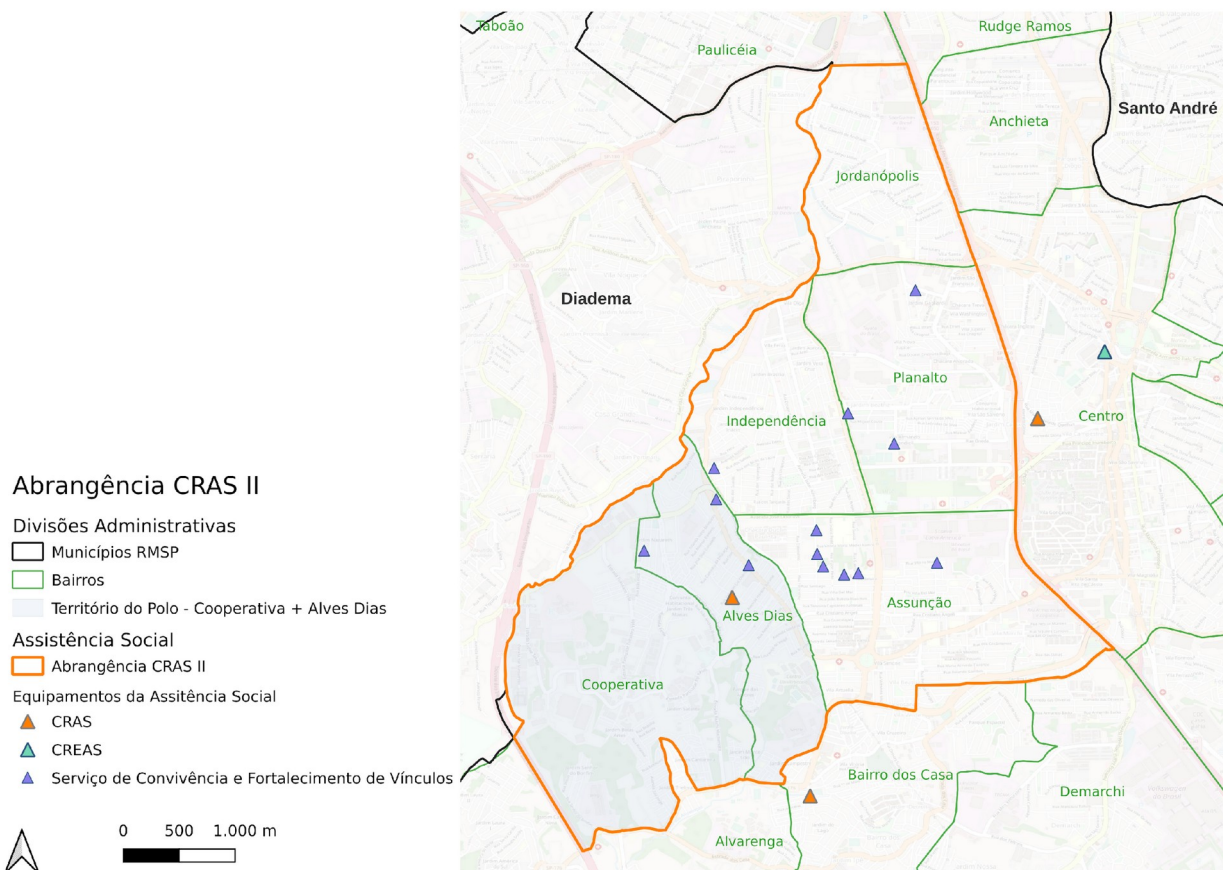


O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), segundo a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), “*é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias*” (Art. 6º § 1º).

O CRAS II inicialmente dividia espaço físico com a Escola Municipal de Educação Profissional (EMEP) Profª Nilda Rodrigues dos Santos, no Bairro Assunção e segundo o relato de sua técnica mais antiga, começou de “maneira rudimentar”, com apenas 1 profissional, a atender a população do território, visto que antes só haviam serviços da Assistência Social no centro da cidade. Segundo ela, a mudança para um equipamento próprio, no endereço atual no Bairro do Alves Dias, aconteceu em 2011 devido a discussões da categoria e decisão da gestão da Secretaria de Assistência Social (SAS) sobre a necessidade de ter um equipamento com a identidade da política pública de Assistência Social, visto que a população não percebia o que era atribuição da Assistência e o que era da Educação.

As representantes do CRAS, mostraram em sua apresentação um mapa da sua área de abrangência, sendo formada pela agregação de 6 bairros: Jordanópolis, Planalto, Independência, Assunção, Alves Dias e Cooperativa. Verifica-se de pronto a grandeza do território sob responsabilidade deste equipamento, totalizando 19 km² e de aproximadamente 178.730 moradores, demonstrando a insuficiência deste equipamento na região e no Município (que tem somente 5 CRAS).

Mapa 4 – Área de Abrangência CRAS II



Fonte: CRAS II. Geolocalização dos Serviços feito para esse estudo.

Essa realidade impacta diretamente o atendimento do serviço. As técnicas relatam a dificuldade da população em chegar ao equipamento, para o bairro de Jordanópolis, por exemplo, não sabem identificar se há inexistência de demanda ou se a demanda “não chega”, é também um bairro que não possui entidades conveniadas para prestarem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), sendo 12 em todo o território do CRAS II.

Destaca-se que não existe de fácil acesso nos canais da prefeitura ou da secretaria orientação sobre a qual CRAS deve se dirigir uma família de acordo com sua moradia, nem há disponível

explicação sobre os serviços e atribuições do CRAS. A SAS possui na página web da prefeitura somente a descrição do seu campo funcional e link para Editais e Resoluções¹³. O guia de serviços da cidade, por sua vez, não exibe resultados para a busca do termo “CRAS” ou “CREAS”, e o telefone dos mesmos só é encontrado na explicação do decreto de suspensão das atividades presenciais da Secretaria¹⁴.

A chegada das famílias ao CRAS II se dá via: 1) Demanda espontânea – para orientações sobre Programas Sociais; 2) Encaminhamento de outros serviços – escolas, UBS, CAPS, Conselho Tutelar; e 3) Encaminhamento do Serviço Funerário – para auxílio funeral.

As trabalhadoras do serviço explicaram que em SBC a inscrição ou atualização dos dados cadastrais das famílias no CadÚnico não é realizada no CRAS como em outros municípios, e sim de maneira centralizada no PoupaTempo, localizado no centro da cidade. Embora resulte em “desencontros” visto que as famílias buscam o CRAS nesse intuito, elas afirmam categoricamente que o equipamento não suportaria tal atividade devido ao tamanho da equipe e infraestrutura.

O CRAS II passou por reforma recente, em 2020, considerada essencial por sua equipe, que alegou que o espaço estava sem condições para o atendimento às famílias. Apesar dos espaços renovados a infraestrutura tecnológica (computadores, sistemas e acesso à internet) continua precária ou insuficiente, impactando nas atividades realizadas.

Como visto em aula, a territorialização é uma das diretrizes estruturantes da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e a Vigilância Socioassistencial uma função da política de assistência social, conjuntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos.

De acordo com o caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial ela

“objetiva detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização. Deve buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos produzidos pelos pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que estabelecem a relação viva e cotidiana com os sujeitos nos territórios”.

A despeito da qualidade e compromisso da equipe do CRAS II, constatam-se que há

13 <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/sbc/sas> acesso em jan/2022.

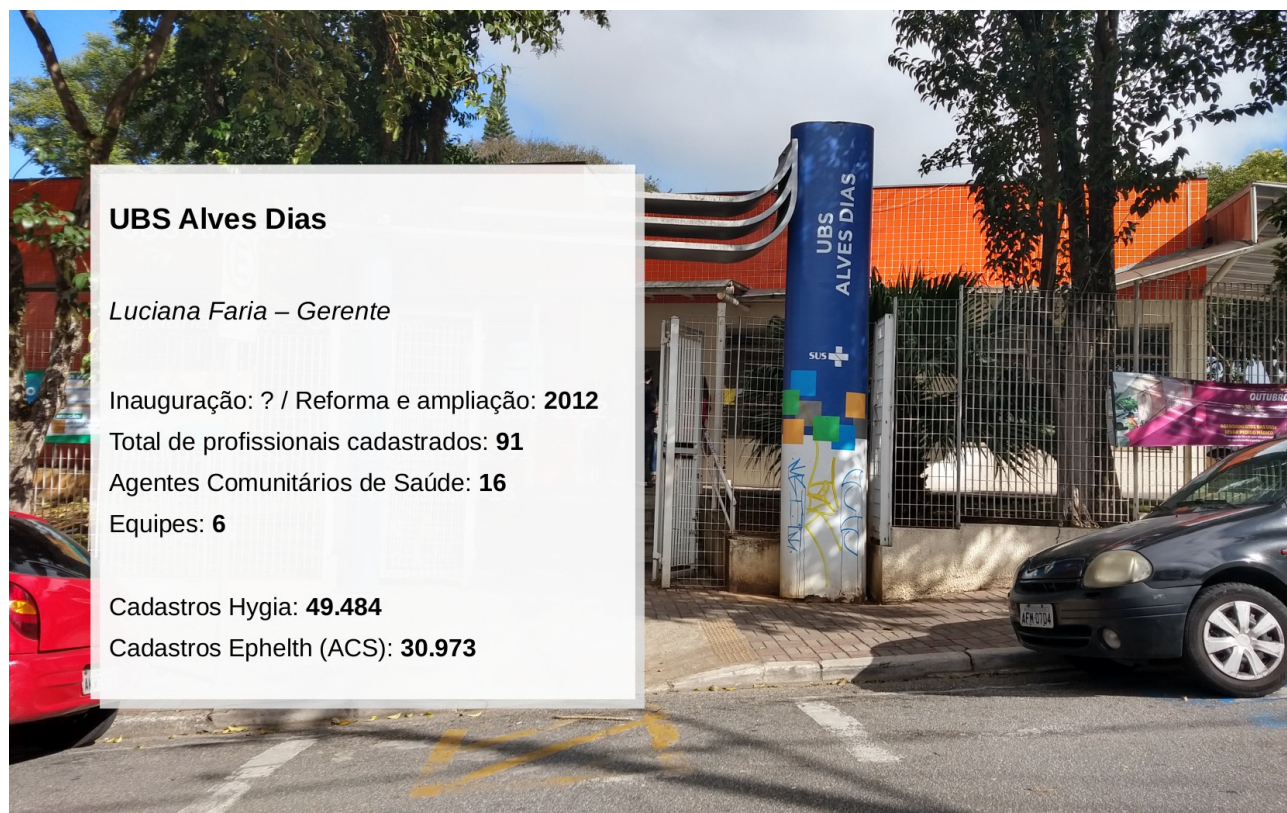
14 <https://guiadeservicos.saobernardo.sp.gov.br/guia-de-servicos/servicos/215402/mostrar?assuntoOrigem=361> acesso em jan/2022.

debilidades referentes a essa dimensão, principalmente relacionadas a produção de informação que serão abordadas em tópico específico.

Quanto a articulação dos serviços socioassistenciais no território foi relatado boa relação com as entidades conveniadas que prestam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo. Em sua maioria de natureza religiosa, elas são identificadas como um elo com a população nos territórios embora, como pode ser visto pelo Mapa 4, sua distribuição não seja uniforme no território de abrangência do CRAS. São realizadas reuniões periódicas e itinerantes de acompanhamento do Serviço, e em 2019 foi realizado o 1º Encontro do SCFV, na EMEB CEU Celso Daniel.

A equipe é composta por: 1 coordenadora, 4 assistentes sociais, e terceirizados: 1 psicóloga, 4 monitores sociais e 1 funcionária da limpeza. Durante um período de 2020 esteve reduzida a 1 coordenadora e 3 assistentes sociais. Segundo relatado na entrevista, os trabalhadores do equipamento não moram no território.

Saúde – UBS Alves Dias e UBS Jd. Nazareth





As UBS compõem os serviços da Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS). É a principal porta de entrada, centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde, e coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede. A Atenção Básica é definida em sua política nacional como

“o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária”¹⁵.

O município de São Bernardo do Campo possui 34 UBS e uma estimativa de 79,10% da

15 Art. 2º Brasil, Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.436, 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

população coberta pela Estratégia de Saúde da Família (ESF)¹⁶.

Como visto em aula, a Saúde também possui a territorialização como um pilar importante da sua política, sendo o ESF uma “aposta territorial e de universalidade”, conforme fala da professora Marília Louvison.

Em consonância com a Política Nacional o Plano de trabalho para Rede de Atenção Básica de São Bernardo do Campo (2021/2022), tem como um de seus fundamentos:

“I- Ter território adstrito sobre o mesmo, de forma a permitir o planejamento, a programação descentralizada e o desenvolvimento de ações setoriais e intersetoriais com impacto na situação, nos condicionante e nos determinantes da saúde das coletividades que constituem aquele território, sempre em consonância com o princípio da equidade;”

Foi citado pela professora Marília e encontrado em bibliografia¹⁷ referencia a um processo de territorialização realizado pela gestão do futuro ministro da Saúde, Arthur Chioro enquanto secretário da Saúde do Município (2009-2014), quando foram criados os 9 Territórios da Saúde: “realizaram o reconhecimento das características sociais, econômicas, históricas, delimitações geográficas, acesso e vulnerabilidade mapeando os serviços de saúde e comunitários, conformando as novas áreas de abrangência e influência de cada serviço”¹⁸. No entanto não foi encontrado mais material sobre o assunto, nem a coordenadora entrevistada soube informar a respeito.

As representantes da UBS Alves Dias e UBS Nazareth ao apresentarem o território das unidades não exibiram um mapa, mas sim a listagem de todas as ruas divididas por suas equipes de ESF. Essa listagem é de conhecimento das equipes e das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), mas não é de fácil utilização para visualização e cruzamento de informações.

A divisão exata das áreas de abrangência não foram encontradas disponíveis de maneira online, nem impressas nas próprias unidades e por isso foram feitas para esse estudo com base nos nomes das ruas.

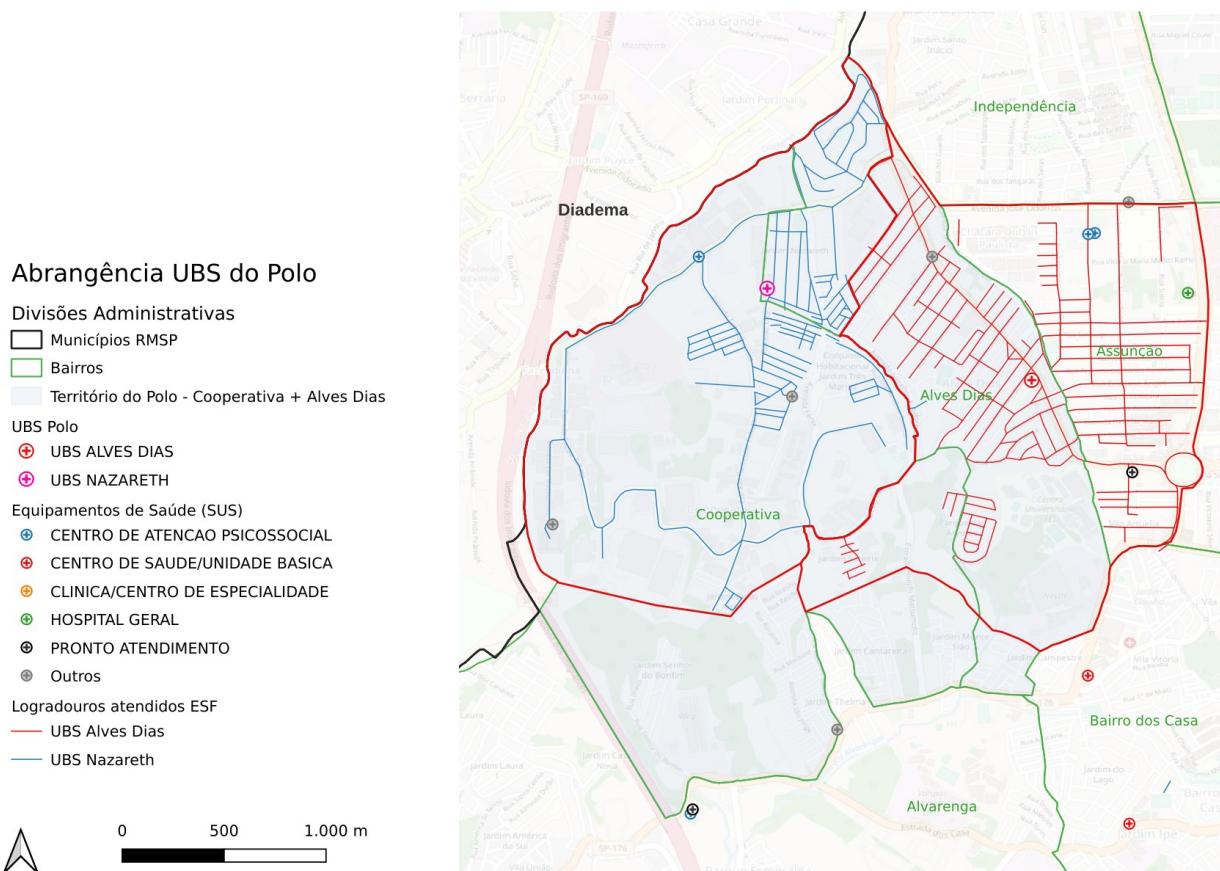
As duas UBS estão localizadas no Bairro do Alves Dias, mas ao traçar a delimitação verifica-se que a UBS Nazareth abrange a parte norte do Alves Dias e grande parte do Cooperativa. Por sua vez, a UBS Alves Dias abrange, além de grande parte do bairro com o mesmo nome, um pedaço do Cooperativa e aproximadamente metade do bairro Assunção.

16 Plano Municipal de Saúde 2022-2025. Secretaria de Saúde de São Bernardo do Campo.

17 “A Gestão da Saúde em São Bernardo do Campo - SP: um estudo sobre as atribuições dos Coordenadores de Unidade Básica de Saúde”. Fábio Souza dos Santos, 2018.

18 Idem

Mapa 4 – Área de Abrangência UBS



O Agente Comunitário de Saúde (ACS) é o profissional que por função estabelece a interlocução com a comunidade e tem também a função do cadastramento das famílias do território de abrangência da UBS. A coordenadora entrevistada pela UBS Alves Dias relata a redução dos ACS como um dificultador do atendimento, havendo equipe sem o profissional naquele momento.

As UBS constroem um diagnóstico territorial a partir de sistema específico a partir dos dados coletados pelas ACS nas visitas domiciliares, o próprio sistema tem uma “métrica” que classifica a vulnerabilidade dos domicílios/territórios a partir dos dados coletados, definindo locais para ações prioritárias. Destaca-se que esse diagnóstico é das famílias cadastradas e não do total da população.

A particularidade do impacto da pandemia sobre o serviço da UBS ficou clara no relato da coordenadora, visto que toda a unidade ficou voltada para ações específicas como monitoramento

de casos e a própria vacinação, mas independente dessa particularidade, foi destacado que o fluxo e a rotina “usual” do equipamento deixa pouco tempo/espço para um planejamento mais aprofundado, olhar indicadores específicos e para ações intersetoriais, apesar do desejo da coordenação e da equipe.

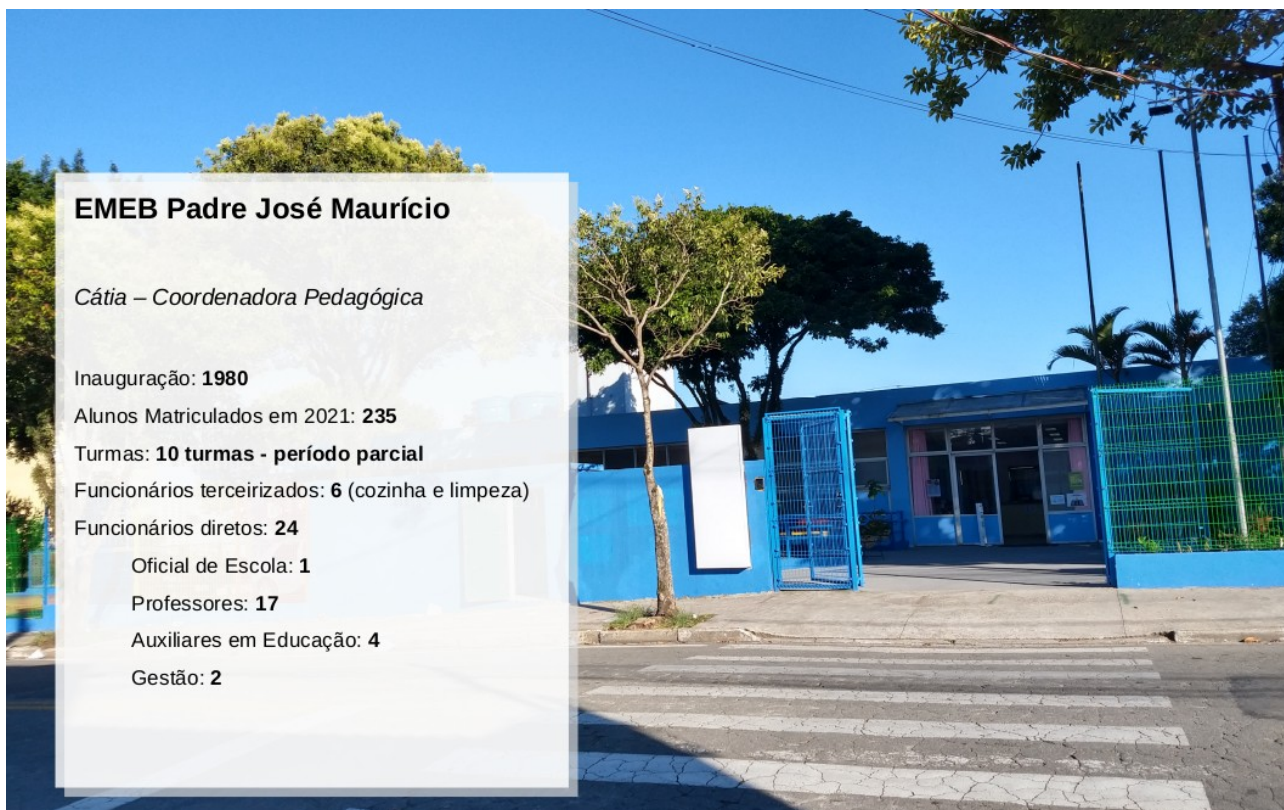
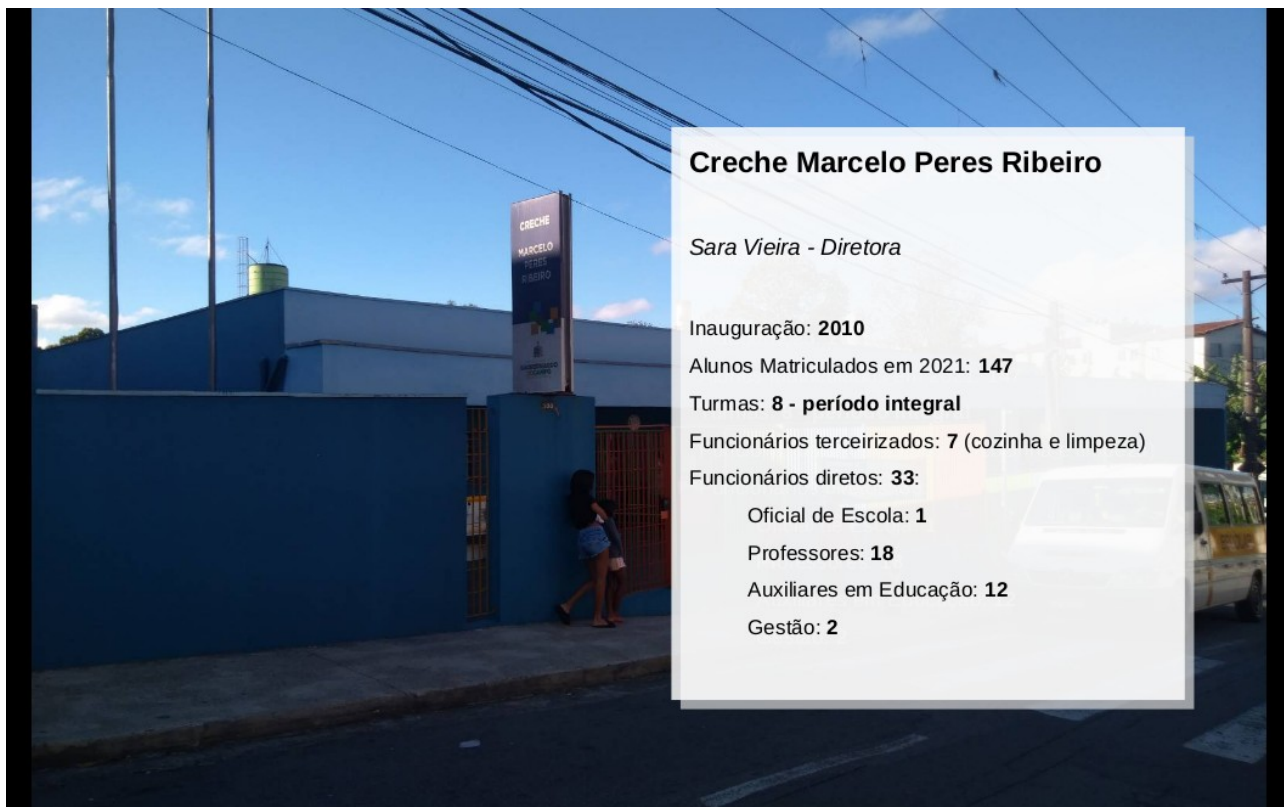
A coordenadora, que iniciou em plena pandemia a atuação na UBS Alves Dias, demonstrou surpresa sobre a articulação da rede de proteção no território, situação que ela não encontrava na outra unidade do Município em que trabalhava.

O Programa Saúde na Escola (PSE), que aparece em destaque nas ações intersetoriais do Plano Municipal de Saúde onde indica que serão contemplados alunos de 197 escolas no ciclo 2021-2022. O Programa foi contextualizado no diálogo entre a Diretora da Creche Marcelo Peres e a coordenadora da UBS Alves Dias. Foi explicado que há um “pacote básico” que refere-se a avaliação antropométrica e avaliação odontologia e um aprofundamento nos eixos de ação de acordo com a demanda/realidade das escolas e do que a UBS tem para ofertar. A atuação da UBS com as escolas é definida/pactuada pela secretaria e não pela articulação local e também não atende todas as escolas: no Alves Dias eram atendidas 7, durante a pandemia esse número caiu para 2.

Na prestação de contas da Secretaria constam como ações intersetoriais no 2º Quadrimestre de 2021: o acompanhamento de 86,25% beneficiários do Programa Bolsa Família; um webinar sobre contribuições da Atenção Básica à Saúde na Promoção da Cultura de Paz no âmbito do PSE; reuniões intersetoriais com objetivo de discutir casos de violência contra crianças e adolescentes; e encontros territoriais com os diretores das escolas para pactuação do apoio técnico às escolas no retorno às aulas.

Educação – Quarteirão da Educação da Vila Ferreira

Como visto no mapa da Rede de Equipamentos do polo (mapa 2) a Educação é a política mais capilarizada no território contando com 18 equipamentos. As 3 escolas com que o grupo dialogou fazem parte de uma articulação chamada Quarteirão da Educação e são construídas/instaladas no território entre 1980 e 2010, acompanhando a urbanização, as lutas dos moradores e próprio processo de municipalização da educação. Juntas atendem 945 alunos, da creche ao Ensino Fundamental I e reúnem 130 profissionais em suas equipes.



As escolas municipais do Quarteirão da Educação da Vila Ferreira, vêm discutindo sua relação com o território na medida em que se organizam *enquanto quarteirão* e passam a refletir

conjuntamente sobre a sua comunidade. A participação na Rede Intersectorial, na Rede NAI-FEUSP e na disciplina que gera esse estudo fazem parte desse movimento.

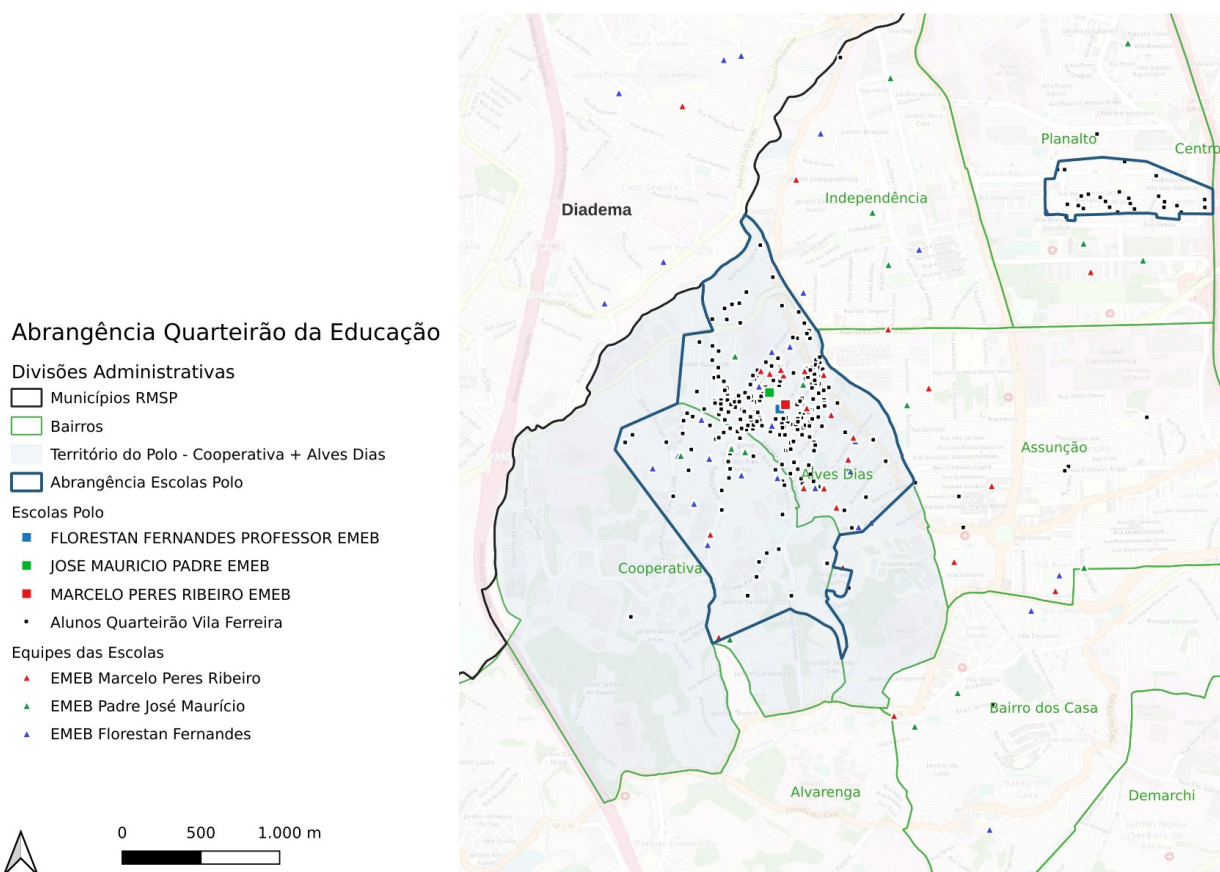


Diferente da Saúde ou da Assistência Social, a política da Educação não traz em suas diretrizes elementos sobre a dimensão territorial ou sobre um processo de territorialização. No geral, o diálogo entre práticas educativas e o território faz parte de um esforço (nem sempre de maneira institucional) da incorporação dessa dimensão na proposta pedagógica por parte das próprias escolas e seus sujeitos.

A escola não possui área de abrangência previamente delimitada, ou preconizada. O tamanho da escola, sua estrutura e equipe, e a faixa etária do estudante são variáveis utilizadas para definir o número de vagas de uma determinada escola. As famílias têm direito e são orientadas a matricular as crianças próximas de sua residência, e não havendo vagas o transporte escolar deve ser fornecido pelo poder público. Desse modo, a área abrangência de uma escola pode vir a ser definida pela extensão do local de residência da população em idade escolar no seu entorno.

Desde 2018 as 3 escolas realizam o mapeamento dos seus estudantes segundo local de residência. Chegando a um possível mapa do território de sua comunidade atendida.

Mapa 5 – Área de Abrangência Quarteirão da Educação



O Mapa 5 mostra como as 3 escolas estão “incrustadas” no local de moradia dos seus estudantes, com exceção de um conjunto de moradores do Bairro Planalto que são realocados de uma turma de Educação Infantil de uma outra escola que passava por reforma. Demonstrando que esse “arranjo” é o encontrado nessa determinada realidade e pode variar de acordo com o tempo, com a abertura de outras escolas, ou mesmo de características das escolas.

O mapa apresenta também a espacialização dos funcionários das escolas, que possuem uma abrangência muito maior que a dos alunos, verificou-se que os profissionais terceirizados (cozinha e limpeza) em geral são os que moram mais próximos da escola, reafirmando o papel dos mesmos na identidade e pertencimento de cada unidade. Lembrando que, também diferente da Saúde e da Assistência a Educação não possui profissional que “vai ao território” como função, que visita os domicílios das famílias por exemplo.

Num esforço de conhecer melhor a sua comunidade as escolas estão preparando para o ano letivo de 2022 uma pesquisa para o conjunto dos seus alunos, buscando identificar as famílias que possuem irmãos em cada unidades bem como informações sobre condições de moradia, trabalho e renda, impacto da pandemia e acesso às tecnologias de informação e comunicação. Essa pesquisa

Informação e Comunicação

Em nossas conversas iniciais com representantes dos serviços de Educação, da Assistência Social e da Saúde do polo de São Bernardo do Campo/SP, por já existir um caminho de articulação prévio aos nossos estudos, percebemos que o manejo das informações entre eles, bem como o estabelecimento de vias de comunicação mais estáveis/frequentes, foram pontos citados como importantes para aprofundar o trabalho em rede. A partir dessa percepção, propusemos um estudo mais focado em entender quais são as informações produzidas nos equipamentos de cada serviço e se elas teriam serventia para outros equipamentos. Também buscamos compreender como a comunicação entre EMEBS, CRAS e a UBS acontece atualmente.

Nosso método foi a de pesquisa estruturada, com perguntas norteadoras da nossa conversa de acordo com o roteiro abaixo. Uma vez obtidas as respostas com as entrevistas dos três serviços, organizamos um quadro para apresentá-las de maneira comparada.

Pergunta	Educação	Saúde	Assistência Social
<p>Quais atividades/processos produzem informações no serviço? Que tipo de informação?</p>	<p>Ficha de inscrição e matrícula/ PSE/ produção do PPP/ acompanhamento do estudante</p> <p>Visita à casa dos alunos e diálogo direto, como práticas secundárias</p>	<p>Visitas das ACS's, consultas ambulatoriais, cadastro na recepção</p>	<p>As entradas de usuário/ações do serviço/reuniões realizadas no CRAS acarretam a produção de um dado. Informações sobre o usuário e a vulnerabilidade da família, como chegou (se foi por encaminhamento de outro serviço, busca ativa), se é primeira entrada, quais programas foram orientados, quais benefícios foram acessados) - são produzidas pelos técnicos. Também são produzidos dados como o nº de chegadas de pessoas nos serviços - pelos monitores sociais.</p>
<p>Como são armazenados os dados? Vocês têm algum acervo digital ou apenas manual?</p>	<p>SED; Prontuário físico fica na escola</p> <p>Relatório da educação infantil para fundamental/ fundamental para médio. Mas esses relatórios são perdidos com o tempo</p>	<p>sistema Hygia (cadastro de pessoas, condensado de produção, prontuário do paciente, serviço de regulação, infos de materiais da UBS)= ele alimenta bases do MS; e-SUS (base de relatórios para o MS, usado pela coordenação); cad-SUS (cartão do SUS para integração de infos); sisMAM e sisCOLO (sistema de informações sobre câncer de mama e colo); gerstor (ACS's); PSE/ programa de saúde na escola (alimentação via e-SUS)</p>	<p>A ficha de referenciamento e evolução dos usuários: são físicos/manuais e armazenados de forma física - é construída pelo próprio serviço. Há apenas uma planilha de excel com o nome de todos os usuários do equipamento - pela quantidade de usuários, a planilha muitas vez não abre e não funciona.</p> <p>As estatísticas que serão repassadas à</p>

			<p>prefeitura e consolidadas pela Coordenadora do CRAS entram em acervo digital . No entanto, o técnico que vai alimentar esse acervo pode fazer de maneira manual ou digital, mas há falta de computadores para que todos façam diretamente de maneira digital.</p>
<p>Existe uma equipe no seu serviço que trabalha especificamente com a produção de dados?</p> <p>Se não existe, quem realiza o manejo de dados produzidos pelo serviço?</p>	<p>Os dados são tratados no ambiente da escola pela equipe gestora. O levantamento do que é importante perguntar é feito junto com as professoras.</p>	<p>Já existiu, mas atualmente todos que são capacitados a usar os sistemas podem produzi-los.</p>	<p>Toda a equipe do CRAS - recepção, técnicos, monitores, AS, psis, etc - produz a estatística de seu próprio atendimento.</p> <p>Margarete - Coordenadora - ela consolida as estatísticas que foram produzidas coletivamente.</p> <p>A produção das estatísticas está relacionada ao equipamento - CRAS - e não aos funcionários do equipamento. Não há correlação entre produção de dados feitas por um técnico e remuneração obtida por produção de dados -> não há balizador financeiro que gere competitividade entre funcionários ou mesmo entre equipamentos.</p>
<p>O que acontece com as fichas/prontuários/dados que são coletados dos usuários neste serviço?</p>	<p>Dados socioeconômicos: vão para o programa da prefeitura (SED - Secretaria Escolar Digital) Dados pessoais: ficha de matrícula/prontuários ficam na escola</p>	<p>fechamento de quadrimestres tem reuniões para avaliação das informações, 2 reuniões mensais, uma geral e uma mais técnica, com profissionais do nível</p>	<p>O uso interno das estatísticas é de mapeamento / conhecimento do território e da população. Internamento no serviço existe um balanço anual de dados, que</p>

<p>Depois que esses dados são produzidos/ recolhidos, como eles são armazenados e como/quando eles são utilizados ou acessados novamente?</p>	<p>mesmo. Onde nasceu? Composição familiar? Intercruzamento com dados da saúde -> nº de carteirinha da UBS, nº de carteirinha do SUS, tipagem sanguínea, vacina... PSE alimenta o SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação)</p>	<p>superior apenas e reuniões semanais com a ESF para discussão dos casos</p>	<p>depois de coletados, são inseridos em um sistema de avaliação. Então há um olhar do serviço sobre as estatísticas para uma compreensão do trabalho. As estatísticas consolidadas pela Coordenadora do CRAS são enviadas para a prefeitura.</p>
<p>Quais informações/dados de outros serviços você acredita que seriam importantes seu serviço ter acesso?</p>	<p>Saber das famílias com acompanhamento psicológico (saber de um laudo para poder dar uma atenção especial, entender dificuldades da criança, etc). Saber das famílias cadastradas no CRAS</p>	<p>Seria importante o compartilhamento de agenda de eventos entre os serviços, discussão de casos entre eles e acesso a escola que as crianças estudam para ampliar a comunicação com as famílias.</p>	<p>Saber quais serviços a pessoa em atendimento já passou (UBS, Escolas, qual é o telefone - contato das famílias), como ela está sendo acompanhada. Como sugestão, seria importante pensar na elaboração de um sistema único dos três serviços, com linguagem única (que não seja apenas específica do serviço).</p>
<p>Quais informações que o seu serviço produz que você acredita que poderiam beneficiar outros serviços? Por quê?</p>	<p>Saúde: crianças que tem informações sobre aleitamento materno (mantém/não mantém), alergias, restrições alimentares, mães normalmente não fazer puericultura/ Crianças com deficiência</p>	<p>Seria interessante se as escolas e o CRAS soubessem da agenda de atividades da UBS (ex: carreta da mamografia disponível e ninguém sabia) para promover a saúde e divulgar as ações.</p>	<p>Saber se as famílias são referenciadas no CRAS, quais benefícios recebem, que tipo de programa a pessoa acessa, etc.</p>
<p>Quais os empecilhos para a comunicação e troca de informações entre os serviços?</p>	<p>Antes: parceria com médico da UBS que frequentava a escola, era bem presente (identificava crianças que precisavam de mais atenção, oftalmologista)/ Hoje: distanciamento da UBS da escola, a</p>	<p>Fluxo e rotina da unidade, envolvimento da equipe</p>	<p>No trabalho intersetorial: Maior desafio: rede intersetorial está ligada a pessoas/indivíduos da profissão, não a uma gestão. Os atores mudam, mesmo que o CRAS tenha essa responsabilidade</p>

	<p>equipe muda e muda a característica de atendimento, tentativa de comunicação, porém sem retorno</p> <p>Sensação de comunicação frustrada -> acabam dependendo dos gestores da educação mesmo indo atrás. Ficam dependentes de esforços individuais.. A rede de proteção não acontece na prática senão pelos esforços individuais de alguns, mas esses também esbarram na boa vontade do outro e acabam parados</p>	<p>de articulação da rede. A terceirização dos serviços, e a diminuição do número de funcionários dos serviços, também acaba criando muita rotatividade para esses atores.</p> <p>No trabalho na assistência social: Obs.: técnicas compreendem a necessidade e importância política das estatísticas, inclusive para o trabalho cotidiano, mas há uma falta de articulação/aprofundamento do trabalho no CRAS sobre o uso dessas estatísticas.</p> <p>No que tange especificamente a AS, as trabalhadoras do CRAS citam o Prontuário SUAS, que armazena as informações do CADÚnico de todos os atendimentos feitos a nível federal. No entanto, os serviços (CRAS, CREAS) tem dificuldades de acesso, baixa implementação do sistema, acesso a somente parte dos usuários, senhas são confusas.</p>
--	--	--

Destaques

Sistemas e tecnologias:

As trabalhadoras do CRAS possuem um sistema de arquivos de dados primordialmente físicos. Nota-se escassez de recursos tecnológicos que viabilizem que os cadastros e as consultas aos dados das pessoas atendidas se dê virtualmente. Por outro lado, na UBS figura-se uma outra realidade, na qual o acesso a tecnologias é mais facilitado e os sistemas de informação são mais consolidados. Como exemplos desses apontamentos, podemos citar que as agentes comunitárias de saúde possuem *tablets* que facilitam gerir informações e também há diversidade de sistemas alimentados através de dados da UBS, bem como a integração entre eles. Já a Emeb se encontra em uma situação intermediária entre CRAS e UBS, isto é, utiliza cadastros físicos, mas também faz uso de sistemas, inclusive para gerir as informações internamente.

Essa discrepância quanto ao acesso e à utilização de tecnologias subjaz um empecilho para a intersetorialidade apontado nas entrevistas: falta um sistema único de informações dos serviços, uma base comum, que possa ser alimentado pelos serviços e acessado por qualquer trabalhador para compreender que tipo de benefício/atendimento determinado cidadão já possui ou já utilizou. Elas consideram que seria importante para seu cotidiano de trabalho saber se, por exemplo, um aluno ou família está em acompanhamento em algum programa de saúde mental ou se está inserido em algum programa da assistência social - para que os serviços (no caso, as escolas) possam dar atenções específicas.

Falta de formação sobre a produção/uso de dados: Percebemos que na equipe do CRAS Alves Dias/Vila Ferreira há uma consciência muito forte sobre a importância política das informações e das estatísticas, inclusive para o trabalho no cotidiano dessas profissionais, mas há uma falta de aprofundamento do trabalho no CRAS sobre o *uso* desse tipo de dado.

Falta de agenda comum: Apesar de existirem programações dos equipamentos para os serviços prestados por eles, não existe ainda uma agenda específica para o trabalho da rede intersetorial.

Rotatividade de profissionais: No caso do CRAS, a rotatividade de profissionais aparece como uma marca de um quadro de terceirização e mesmo corte de funcionários da atenção básica nos territórios. Na Emeb a mesma situação aparece associada ao tema da violência, pois o território da Vila Ferreira já foi muito violento e ainda hoje permanece sob esse estigma, sendo por isso preterido como lugar de trabalho pelos professores concursados e tido como um lugar de passagem, pois muitos acabam não permanecendo nele. A rotatividade na UBS foi pautada na entrevista com a

representante da Emeb, que apontou que a mudança da equipe da UBS acarreta mudanças na característica de atendimento prestado ao público escolar.

Considerações Finais

Para elencar um conjunto de elementos à guisa de conclusão da experiência do grupo no polo é preciso destacar que esse estudo se concentrou no diálogo com *alguns* profissionais específicos, trabalhadores dos 3 equipamentos, num curto espaço de tempo. Portanto a visão dos usuários dos serviços, da comunidade ou mesmo do conjunto dos profissionais não aparece nesse momento.

No que se refere ao trabalho intersetorial e a troca de informações, pensamos que a pergunta sobre “que tipo de informação produzida por outros serviços você considera importante o seu serviço ter acesso” e vice-versa, poderia levantar de imediato algumas proposições. Vimos que existem dois níveis de preocupação sobre isso. O primeiro deles parece mais concreto, existindo a proposta de um Sistema único de informações/dados entre os serviços para saber quais acompanhamentos possuem os usuários.

No entanto, mesmo que os profissionais digam que precisam dessas informações, notamos que para além deste exemplo e de outros mais pontuais, os representantes dos serviços não sabem exatamente qual tipo de dado eles precisam obter e como seriam utilizados, evidenciando uma necessidade muito maior de aumentar/melhorar a comunicação entre os serviços do que de fato obter uma informação/dado concreto dos usuários e serviços.

Um outro aspecto que consideramos importante e que foi levantado durante nossas reuniões do grupo como análise sobre as conversas com os serviços, foi o tema da tecnologia e a importância da mesma e da internet como via de acesso a outros direitos sociais - condição muito evidenciada durante a pandemia. No entanto, alguns serviços possuem uma vulnerabilidade bastante forte no acesso a equipamentos tecnológicos e à internet.

Sobre o trabalho intersetorial verificou-se que há amplo empenho e interesse das equipes dos equipamentos, demonstrado pelo histórico de articulação em Rede, mas identifica-se também que muitas vezes faltam condições de trabalho para que isso ocorra.

Diante da rotatividade de profissionais, presente em todos os serviços, o trabalho intersetorial acaba ficando sob responsabilidade de trabalhadores específicos e não a cargo de uma política mais ampla, preconizada nas diretrizes municipais e nacionais. O problema de depender de esforços individuais é que, além de projetos e ações ficarem dependentes da animosidade de alguns, em muitos casos, acaba sendo comprometida a continuidade dos mesmos.

Apesar do trabalho intersetorial ser dificultado pela vulnerabilidade das políticas de atenção básica discutidas nos tópicos acima, percebemos que é também através da intersetorialidade que os serviços conseguem ampliar a possibilidade de garantir os direitos da população, inclusive porque promove uma facilitação da rotina de trabalho de cada serviço.

Sugestões de encaminhamentos e aprofundamento:

- Importância da sistematização do histórico e das ações visando continuidade e difusão do trabalho da Rede Intersetorial;
- Definição de ações e calendário comum;
- Recuperação e socialização do processo de territorialização da Saúde;
- UBS é o equipamento que mais produz informação sobre o território, como partilhar esse diagnóstico?
- Pesquisa das escolas pode ser um ponto de partida de leitura comum (estender para as demais escolas do polo interessadas?)
- Sistema de informações da Assistência Social é uma demanda urgente. Proposta de mitigação – suporte de estudante de TI para uso mais eficiente das planilhas eletrônicas
- Participação do polo no próximo oferecimento da disciplina visando aprofundamento dos elementos aqui levantado;
- Rede de intranet/provedor comunitário – pode ser um suporte para troca de informações e atendimento da população.